

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.099 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : **ANA CLÁUDIA DE ALMEIDA TELES**
ADV.(A/S) : **MARIA ADEILDA DE SOUZA OLIVEIRA**
RECDO.(A/S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

DECISÃO

REPERCUSSÃO GERAL INADIMITIDA
– AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO –
EQUIPARAÇÃO – SERVIDORES DO
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL –
ISONOMIA – RESSALVA DE
ENTENDIMENTO PESSOAL – AGRAVO
DESPROVIDO.

1. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 764.620/SC, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, assentando estar a questão circunscrita ao interesse de certo grupo e possuir implicações limitadas no tempo, concluiu não ter repercussão geral o tema relativo à equiparação, ante o princípio constitucional da isonomia, dos valores recebidos a título de auxílio-alimentação por servidores do Poder Judiciário Federal.

2. Ante o quadro, ressaltando a óptica pessoal quanto à existência de repercussão geral da matéria, nego provimento ao agravo.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator